

MEMÓRIA, HISTÓRIA E POLÍTICA: NOVOS CONFRONTOS

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.).

João Goulart: entre a memória e a história.

Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Resenhado por ANTONIO TORRES MONTENEGRO*

O livro *João Goulart: entre a memória e a história*, publicado sob a coordenação da professora Marieta de Moraes Ferreira, reúne oito diferentes pesquisadores analisando de distintas perspectivas históricas este personagem que teve destacada atuação política do início da década de 1950 até o golpe de 1964. Nesses 14 anos, Jango foi ministro do Trabalho de Getúlio (1953-1954), vice-presidente no governo de Juscelino Kubitschek e também no de Jânio Quadros, assumindo a presidência após sua renúncia, até ser alvo do golpe civil-militar em março de 1964.

Esta obra, apesar de escrita a muitas mãos, tem um fio condutor, uma questão que todas(os) as(os) autoras(es) enfrentam a partir da temática que é proposta, ou seja, debater, analisar uma certa memória

negativa que foi sendo urdida, construída, quase que de forma espontânea ao longo dos anos, acerca da atuação política de Jango. Em cada capítulo, de forma direta ou indireta essa memória é problematizada, questionada, desconstruída à luz de uma ampla documentação intensamente discutida.

A construção dessa memória predominantemente negativa, apesar dos diferentes matizes que adquire, só poderia ser enfrentada com uma rigorosa pesquisa historiográfica que transcendesse uma certa documentação já bastante demarcada ideologicamente. E esta é sem dúvida a grande contribuição do livro. Afinal, só a pesquisa historiográfica para iniciar a operação de desconstrução de memórias históricas.

O primeiro capítulo, que é também a introdução, escrito pela professora Marieta de Moraes Ferreira, resulta de uma pesquisa acerca dos relatos orais de memória de 46 atores políticos que tiveram uma atuação de destaque no período. A diversidade partidária e ideológica desses atores possibilita compreender a complexidade das trilhas, das rupturas, dos pontos de fuga que engendraram a construção de uma certa memória de Jango. Os opostos se unem, como aponta Marieta: entre o Jango radical que ameaça romper a ordem vigente e o incapaz de implementar reformas efetivas elabora-se uma narrativa simplista e desqualificadora acerca da participação e do papel deste ator político. Esta narrativa tem como referentes fundantes três questões muito presentes no debate político do período, como descreve a autora: a reforma agrária, a ausência de hierarquia e de autoridade e a incapacidade de Goulart em perceber as possibilidades e os limites de sua ação. A detalhada análise que realiza dos diferentes relatos que privilegia para seu estudo oferece ao leitor uma cartografia da construção memorialista, em que um Jango corajoso, habilidoso, negociador incansável aparece apenas em pouquíssimos fragmentos. Além disso, estes escassos relatos parecem não ter a força dos acontecimentos para lhes dar sustentação. Afinal, o golpe civil-militar que usurpou a Jango o poder constitucional de presidente da República é constantemente apresentado como epifenômeno de sua forma de governar, o que resulta em um grande efeito de verdade a reforçar a predominância da negatividade da memória sobre ele.

No segundo capítulo do livro, que tem como título *Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou trabalhadores?*, escrito pela

professora Ângela de Castro Gomes, temos a nítida compreensão do significado da pesquisa histórica para enfrentar e desconstruir os suportes da memória. Sobretudo, quando estes suportes se apresentam como resultantes de uma relação necessária entre representação do passado e acontecimento. No entanto, será o próprio fazer da pesquisa historiográfica, ao revisitar práticas, percursos, discursos e opções políticas, que desconstruirá aquela memória que se instituíra como solidamente alicerçada nos fatos. Jango ingressa no Ministério do Trabalho do governo do presidente Getúlio Vargas para enfrentar e solucionar a greve dos marítimos. A história desta greve registrada em diversos documentos e narrada por diferentes atores é a de uma vitória dos trabalhadores e do governo, em que o papel de Goulart como negociador direto, incansável e solidário se constitui e marcará todo o trajeto da sua vida pública. Esta é a desafiante tese, ou a contramemória que a professora Ângela lança ao debate.

Como leitor, capturado pelo Jango que se constitui e se institui no período em que foi ministro, ao ler o último capítulo, que tem como título *A Frente Ampla de oposição ao regime militar*, novamente descobri um grande negociador político. Afinal, como revela sua autora, a pesquisadora Célia Maria Leite Costa, Jango, ao receber em seu exílio no Uruguai Carlos Lacerda, seu grande adversário político, para uma conversa acerca da formação de uma frente de oposição ao regime militar, reafirma seu perfil de negociador, e agora com a dimensão de um verdadeiro estadista.

No quinto capítulo – *1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart* – a pesquisadora Alzira Alves de Abreu realiza um mapeamento da atuação dos principais jornais do Rio de Janeiro e São Paulo em todo o processo que levou à queda do regime constitucional em 31 de março de 1964. Suas pesquisas apontam como a imprensa atravessou diversas fases em relação a João Goulart a partir da renúncia de Jânio Quadros. Revelam como os jornais se constituíram num vetor importantíssimo para a mobilização do apoio da opinião pública ao golpe. O acompanhamento diário nos diversos periódicos possibilita romper com uma visão homogeneizadora e simplista que muitas vezes se tem da imprensa. E outra vez a pesquisa documental traz à tona as saliências, os embates, as variações e o intenso jogo de forças e de interesses da disputa política que a memória em pauta intenta apagar.

Um outro tema que permeia todo o governo Jango e que se transformará em palco de intenso confronto político será a questão da reforma agrária, associada à sindicalização do trabalhador rural. O capítulo escrito pelo professor Mario Grynspan, *O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores*, oferece uma detida análise das diversas forças políticas, sociais e religiosas que estão em disputa em torno da problemática da organização sindical no meio rural e da divisão das grandes propriedades. O autor apresenta um detalhamento das diversas medidas do governo, tanto procurando contemplar o tema da sindicalização como da reforma agrária. Recupera os impasses, a força de pressão que têm os grandes proprietários e as disputas que se estabelecem com os setores de esquerda. Mesmo com o golpe em 1964, segundo o autor, os processos políticos ocorridos no período terão desdobramentos de longa duração tanto para o mundo rural como para o país.

O tema econômico não poderia ficar fora do debate historiográfico desse livro. Com o título *A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado*, a prof.^a Hildete Pereira e os professores Carlos Pinkusfeld e Victor Leonardo desenvolvem uma releitura crítica dos dados econômicos do período. Entretanto, essa leitura não omite a complexidade que o tratamento das fontes exige, ou seja, as formulações econômicas não se estabelecem descoladas das relações de forças políticas e sociais. Ao mesmo tempo, revela como os autores têm um grande conhecimento do debate econômico no período e das principais teses que se consolidaram acerca da atuação do governo Jango. Este capítulo, se por um lado trilha a mesma perspectiva dos demais, ao enfrentar e desconstruir uma certa memória do governo Jango, com a competência e o rigor da pesquisa histórica, por outro acrescenta ao texto um caráter de indignação em face das simplificações e omissões de teses econômicas que são afirmadas e reafirmadas como verdade evidentes.

Para situar os desafios enfrentados pelo governo na condução de sua política econômica, é feita referência a uma passagem do livro de Leôncio Basbaum em que este afirma que todos – civis, militares, petebistas, operários e camponeses – se declaravam dispostos a tomar o poder, e não a dar sustentação ao governo. No entanto, apesar de todos esses desafios, os autores mostram como é falaciosa uma das teses dominantes

de que o governo foi incapaz de manter a disciplina fiscal, pois segundo fontes do IBGE o governo conseguiu a façanha de promover um severo ajuste fiscal, e em termos reais as despesas caíram 3%. Apontam ainda como a política econômica esteve marcada por duas diretrizes básicas – a preocupação social e a defesa da economia nacional – e como suas inúmeras realizações acabaram silenciadas ou minimizadas em face da intensa campanha das forças conservadoras.

É ainda na perspectiva de analisar as realizações do governo que a professora Helena Bomeny escreve acerca da criação da UnB no capítulo 7, intitulado *Duas paixões meteóricas: UNB e Jango, primeiras notas*. Pontua a autora os desafios e resistências que a criação da Universidade encontrou por parte de alguns grupos e, ao mesmo tempo, o caráter inovador e revolucionário que seus criadores procuraram implementar.

E para concluir esta breve resenha, uma referência ao oportuno capítulo do professor Rodrigo Patto, *João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64*, em que este analisa o quadro político anterior ao golpe, destacando a mobilização anticomunista. As análises construídas pelo autor possibilitam pensar como a pressão da esquerda e a propaganda anticomunista tornavam extremamente difícil a governabilidade para Jango. Nesse sentido, somos transportados ao presente e nos perguntamos o quanto desse passado conspiratório e golpista dos setores conservadores modelaram e ainda informam muitas ações dos governos mais recentes.

Mais uma vez, reafirmamos a importância desse livro ao oferecer uma outra leitura acerca do governo Jango, projetando assim outras possibilidades de pensar e agir no presente e no futuro.

* Professor do Departamento de História e da Pós-Graduação em História (Mestrado e Doutorado) da UFPE.